Docusign Envelope ID: 119FB093-774D-4819-B1EC-2FCE3878F294

G2L LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 29.081.265/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da G2L Logística S.A. apresenta- lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2024. A receita líquida de prestação de serviços alcançou R$ 1 bilhão em 2024, crescimento de 2,85% em relação à 2023, enquanto o lucro bruto foi de R$ 69,5 milhões com uma margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) de 6,82%. No exercício, a Companhia apurou um lucro líquido de R$ 45,8 milhões e distribuiu dividendos no montante de R$ 13,1 milhões. Registramos, ainda, nossos agradecimentos aos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio recebido, e aos colaboradores, pela dedicação dispensada.

Barueri, 01 de Abril de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	474	16.879
Aplicações financeiras	3	69.641	53.148
Contas a receber	4	57.700	75.456
Tributos a recuperar	5	20.527	8.534
Outros ativos circulantes	6	3.363	4.044
		151.705	**158.061**
Ativo Não Circulante			
Outros ativos não circulantes		45	5
		45	**5**
Direito de uso	7	5.855	6.355
Imobilizado	8	105.689	110.832
Intangível	9	12.770	12.605
		124.314	**129.792**
Total do Ativo		**276.064**	**287.858**

Passivo Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	10	14.860	32.491
Obrigações fiscais	11	31.952	53.233
Obrigações sociais e trabalhistas	12	11.131	5.115
Passivo de arrendamento	7	2.518	3.310
Provisões	13	5.344	2.454
Adiantamentos de clientes		1.882	546
		67.687	**97.149**
Passivo Não Circulante			
Passivo de arrendamento	7	4.432	4.116
Provisão para contingências	19	495	294
Impostos diferidos	18	8.248	3.915
Passivo Não Circulante		**13.175**	**8.325**
Patrimônio Líquido			
Capital Social Realizado	14	95.000	95.000
Reservas de Lucros	14	100.202	87.384
		195.202	**182.384**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**276.064**	**287.858**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro: Legal	Reservas de lucro: Incentivos fiscais	Reservas de lucro: Reserva estatutária Investimentos e capital de giro	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2023	**70.000**	**-**	**-**	**-**	**90.997**	**160.997**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.137	10.137
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	10.137	10.137
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	25.000
Dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores	-	-	-	-	(1.770)	(1.770)
Destinações propostas em Assembleia Geral:						
Reserva legal	-	507	-	-	(507)	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	86.877	(89.227)	(2.350)
Dividendos/juros sobre capital próprio	-		-	-	(9.630)	(9.630)
Saldos em 31/12/2023	**95.000**	**507**	**-**	**86.877**	**-**	**182.384**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.829	45.829
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	--	-	45.829	45.829
Dividendos distribuídos com base em reservas de lucros	-	-	--	(19.950)	-	(19.950)
Destinações propostas em Assembleia Geral:						-
Reserva legal	-	2.291	-	-	(2.291)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	33.098	(33.098)	-	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	30.477	(30.477)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(13.061)	(13.061)
Saldos em 31/12/2024	**95.000**	**2.798**	**33.098**	**64.306**	**-**	**195.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados para Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida de Prestação de Serviços Logísticos	15	1.018.876	990.635
Custo de prestação de serviços logísticos	16	(949.385)	(930.493)
Lucro Bruto		**69.491**	**60.142**
Despesas comerciais e administrativas	16	(33.436)	(38.086)
Despesas/outras receitas operacionais	16	(533)	2.801
Reversão/provisão de perdas esperadas de contas a receber	4	(702)	(922)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**34.820**	**23.935**
Receitas financeiras	17	13.165	4.763
Despesas financeiras	17	(2.358)	(9.115)
Resultado financeiro		**10.807**	**(4.352)**
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		**45.627**	**19.583**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Corrente	18	4.621	(5.697)
Diferido	18	(4.419)	(3.750)
Lucro Líquido do Exercício		**45.829**	**10.137**
Resultado por ação (em R$) - básico e diluído	21	**0,48**	**0,11**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes para Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	**45.829**	**10.137**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**45.829**	**10.137**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

	Vencimento (anos)	31/12/2024	31/12/2023
	2.024	1.921	3.310
	2.025	1.918	1.570
	2.026	1.436	1.175
	2.027	1.419	1.161
	2.028	256	211
Total		**6.950**	**7.427**

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) para Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa da atividade operacional Lucro líquido do exercício	31/12/2024	31/12/2023
	45.829	**10.137**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	17.559	12.102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(202)	9.447
Juros provisionados de arrendamento	2.856	1.114
Provisões	1.278	852
Débitos Fiscais	-	35.028
Perdas estimadas em créditos de liquídacao dúvidosa - PECLD	220	2.113
Provisão para contingências trabalhistas	324	226
Variação de ativos	**67.864**	**71.019**
Contas a receber	17.976	(10.461)
Créditos tributários	(11.993)	3.834
Outros ativos circulantes	133	7.122
Variação de passivos		
Fornecedores	(18.667)	6.694
Obrigações fiscais	(17.578)	5.177
Obrigações trabalhistas	6.016	(1.769)
Adiantamentos de clientes	1.336	(1.386)
Provisões	2.890	(2.567)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**47.977**	**77.663**
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(1.102)	(1.024)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.996)	(14.378)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**42.879**	**62.261**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de imobilizado	(3.914)	(42.322)
Adição de intangível	(3.915)	(5.503)
Adição de arrendamento	(2.856)	(1.114)
Aplicações financeiras	(283.425)	(76.898)
Resgate de aplicações financeiras	272.330	55.514
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(21.780)**	**(70.323)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	25.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(31.350)	(11.400)
Pagamento de arrendamento mercantil	(6.154)	(4.589)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(37.504)**	**9.011**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(16.405)**	**949**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.879	15.930
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	474	16.879
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(16.405)**	**949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A G2L Logística S.A. "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, São Paulo. A G2L Logística S.A. surgiu através de um projeto piloto de empreendedorismo interno da Gerdau S.A., com a proposta de ser um operador logístico capaz de transformar o mercado por meio de soluções tecnológicas inteligentes. Desde então, a G2L se consolidou como um dos maiores operadores logísticos do Brasil. A Companhia é especializada em serviços de logística, abrangendo transporte rodoviário de cargas em âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, operações multimodais, gestão de pátios, centros de distribuição e intralogística. Para isto, a Companhia utiliza tecnologia embarcada, processos eficientes e atendimento personalizado, para atender às demandas logísticas de seus clientes em todo o país. O compromisso da Companhia com modelos sustentáveis promove a sustentabilidade, agrega valor e maximiza a rentabilidade em suas operações. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 01 de abril de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação: As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de certos instrumentos financeiros, os quais podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **a) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da G2L Logística S.A. Todos os saldos foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas - os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas relevantes para as Demonstrações Financeiras estão demonstradas na nota 2.13. **2.2 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras que não atendem à definição de equivalentes de caixa, a sua classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **2.3 - Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. ***Redução ao valor recuperável do contas a receber:*** A provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber é determinada por meio de uma análise individual dos clientes com saldos em aberto no último dia do mês. Para os títulos em aberto, são consideradas informações razoáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo, englobando análises quantitativas e qualitativas. Essa avaliação é embasada na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e na consideração de informações prospectivas. **2.4 - Imobilizado:** Os itens que compõe o ativo imobilizado da companhia são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos por valor de transação, dentro de outras receitas ou outras despesas no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil do bem e reconhecidos no resultado da Companhia. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos corriqueiros para manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.5 - Ativos intangíveis:** Os *softwares* são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, o processo for técnico e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia possuir a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.6 - Operações de arrendamento mercantil:** A Companhia, como arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. A Companhia registra novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, decorrentes de locação de imóveis, reconhecendo a depreciação dos ativos de direito de uso e despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas são determinadas conforme as condições de mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos, sendo mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa ou ainda se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. **2.7 - Fornecedores:** Os saldos de fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se os pagamentos forem devidos no período de até um ano. As obrigações a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. **2.8 - Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados e é provável a saída de recursos seja necessária para liquidar essa obrigação, desde que seja possível calcular o valor estimado de forma confiável. As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas para refletir a melhor estimativa nas datas das Demonstrações Financeiras. **2.9 - Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados pelo valor líquido, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados pelo lucro real com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que a sua realização não seja mais provável. **2.10- Instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita individualmente por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. ***Desreconhecimento:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. ***Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores, outras contas a pagar e o passivo de arrendamento. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua: obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Administração também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa dos passivos modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado, nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluído ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Demonstrações dos fluxos de caixa:*** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.11- Redução ao valor recuperável de ativos:** ***Ativos financeiros não derivativos:*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***Ativos não financeiros:*** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.12- Reconhecimento da receita:** ***i. Receita de serviços:*** A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços, é reconhecida de acordo com a competência em que os serviços são prestados. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. ***ii. Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.13- Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas principalmente relacionadas ao momento do reconhecimento da receita de vendas, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, recuperabilidade de tributos diferidos ativos, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas. O resultado das transações e informações, quando efetivamente realizadas, pode diferir das estimativas. **2.14 - Conflitos Internacionais:** Conflitos Internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode prejudicar a condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores, bem como o aumento dos custos de combustíveis e derivados. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, tiveram e podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Conflitos podem escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. **2.15 - Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2024. **2.16 - Novas políticas contábeis:** ***Pronunciamentos novos ou revisados:*** As emissões ou alterações nas normas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são efetivas para o exercício iniciado em 2024, não tiveram impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Foram emitidas ou revisadas algumas normas, cuja adoção está prevista para o exercício de 2025 em diante, e a Companhia não espera impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras decorrentes da adoção dessas normas.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRA

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos e aplicações de liquidez imediata	474	16.879
Total	474	16.879

3.2 - Aplicações financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação Financeira	69.641	53.148
Total	69.641	53.148

Aplicações financeiras referem-se a fundo de investimento de renda fixa e compromissadas, que são registrados pelo seu valor justo e mantidos até o vencimento. A receita gerada por estes investimentos é contabilizada como receita financeira.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes de partes relacionadas	40.700	59.936
Contas a receber de clientes	17.702	16.442
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(702)	(922)
Total	**57.700**	**75.456**

A composição do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Faixa	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	49.359	44.480
Vencidos:		
Até 30 dias	5.137	24.696
Entre 31 e 60 dias	2.118	4.025
Entre 61 e 90 dias	508	1.916
Entre 91 e 180 dias	668	473
Acima de 180 dias	612	788
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(702)	(922)
Total	**57.700**	**75.456**

A movimentação das perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros está demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**(922)**	**(3.035)**
Créditos provisionados no exercício	(80)	(2.184)
Créditos recuperados no exercício	300	3.035
Créditos baixados definitivamente da posição	-	1.262
Saldo final	**(702)**	**(922)**

NOTA 5 - TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
INSS	-	2.181
PIS e COFINS	970	970
ICMS	3.217	2.747
IRPJ e CSLL*	16.340	2.636
Total	**20.527**	**8.535**

*Em 31/12/2024 inclui o valor de R$ 11.253 relativos à IRPJ e CSLL sobre a subvenção de investimentos decorrentes de crédito presumido de ICMS, conforme descrito na nota 14.b.ii.

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos à demais fornecedores	1.313	1.397
Despesas antecipadas de seguros	1.644	2.332
Outros	406	315
Total	**3.363**	**4.044**

NOTA 7 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Direito de uso em arrendamento - Movimentação dos saldos: Ativo de Arrendamento

	Imóveis 31/12/2024	Máquinas 31/12/2024	Total 31/12/2024	Imóveis 31/12/2023	Máquinas 31/12/2023	Total 31/12/2023
Saldo em 01 de Janeiro Total	5.492	863	6.355	8.906	-	8.906
Adição	2.856	-	2.856	137	977	1.114
Remensuração	1.834	9	1.843	(158)	-	(158)
Reconciliação	-	-	-	(18)	-	(18)
Baixas	(86)	-	(86)	-	-	-
Depreciação	(4.917)	(196)	(5.113)	(3.374)	(114)	(3.488)
Saldo em 31 de dezembro Total	**5.179**	**676**	**5.855**	**5.493**	**863**	**6.356**

b) Arrendamento Mercantil a Pagar - Movimentação dos saldos: Passivo de Arrendamento

	Imóveis 31/12/2024	Máquinas 31/12/2024	Total 31/12/2024	Imóveis 31/12/2023	Máquinas 31/12/2023	Total 31/12/2023
Saldo em 01 de Janeiro Total	6.493	934	7.427	9.996	-	**9.996**
	-	-	-	-	-	-
Adição	3.892	-	3.892	145	1.308	1.453
Juros provisionados	(1.036)	-	(1.036)	(9)	(331)	(340)
	-	-	-	-	-	-
Juros provisionados do arrendamento	**2.856**	**-**	**2.856**	**136**	**977**	**1.113**
	-	-	-	-	-	-
Baixas	(115)	-	(115)	-	-	-
Reconciliação	43	-	43	40	-	40
Remensuração	1.783	8	1.791	(158)	-	(158)
	-	-	-	-	-	-
	1.711	**8**	**1.719**	**(118)**	**-**	**(118)**
	-	-	-	-	-	-
Juros pagos	1.003	99	1.102	959	66	1.025
Pagamentos	(5.892)	(262)	(6.154)	(4.480)	(109)	(4.589)
	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro Total	**6.171**	**779**	**6.950**	**6.493**	**934**	**7.427**
				31/12/2024	**31/12/2023**	
Passivo Circulante				2.518	3.310	
Passivo Não Circulante				4.432	4.117	
				6.950	**7.427**	

Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 31/12/2023	Movimentações	Outros	Saldo em 31/12/2024
Outras provisões	4.478	(1.597)	86	2.967
Arrendamento mercantil	458	225	-	683
Provisão cíveis e trabalhistas	407	(438)	-	(31)
Provisão para passivos tributários	(421)	(230)	-	(651)
Diferença de depreciação fiscal e contábil	(8.837)	(2.379)	-	(11.216)
	(3.915)	**(4.419)**	**86**	**(8.248)**

Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo	Passivo
2024	222	(682)
2025	888	(2.729)
2026	1.555	(4.775)